

Alerta Legislação nº 25, de 15 a 20 jun 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

DECRETO Nº 10.403, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019](#), que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

DECRETO Nº 10.398, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020](#), para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da [Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020](#).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 545, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016(*).

(*) Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências.

(...)

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas.

(...)

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 65.021, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá providências correlatas

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 59.537, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Regulamenta o inciso III do artigo 13 da [Lei nº 17.340, de 30 de abril de 2020](#), que dispõe sobre medidas de proteção da saúde pública e de assistência, para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de São Paulo, bem como o artigo 2º da [Lei nº 17.341, de 18 de maio de 2020](#), que dispõe sobre o estímulo à contratação de mulheres integrantes do Projeto Tem Saída



LEGISLAÇÃO FEDERAL	
Atos do Poder Executivo - D.O.U.	SUPERIOR
19/06/2020	<u>DECRETO Nº 10.403, DE 19 DE JUNHO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.
18/06/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 984, DE 18 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, e dá outras providências, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. <u>DECRETO Nº 10.402, DE 17 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a adaptação do instrumento de concessão para autorização de serviço de telecomunicações e sobre a prorrogação e a transferência de autorização de radiofrequências, de outorgas de serviços de telecomunicações e de direitos de exploração de satélites. <u>DECRETO Nº 10.401, DE 17 DE JUNHO DE 2020</u> Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.
17/06/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, DE 16 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de <i>softwares</i> desenvolvidos por entes públicos. <u>DECRETO Nº 10.398, DE 16 DE JUNHO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. <u>DECRETO Nº 10.397, DE 16 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a execução do Septuagésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, firmado pela República Federativa do Brasil e pela República Oriental do Uruguai, em 16 de maio de 2014.

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 67, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 955, de 20 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 17 de junho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.015, DE 15 DE JUNHO DE 2020</u> Altera as Leis nºs 13.460, de 26 de junho de 2017, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre a interrupção e a religação ou o restabelecimento de serviços públicos.
Atos do Senado Federal (SF)	<u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2020</u> Disciplina o tratamento a ser dispensado às operações realizadas de acordo com os §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e com o art. 4º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, no que tange às contratações dessas operações e às concessões de garantia pela União previstas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007.
Presidência da República (PR)	VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional da Amazônia Legal e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 63, DE 17 DE JUNHO DE 2020</u> Aprova o novo Regimento Interno da Vice-Presidência da República e dá outras providências.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 15 DE JUNHO DE 2020</u> (...) Art. 1º Estabelecer os ingredientes e aditivos autorizados para uso na alimentação animal, incluindo-se aqueles utilizados na alimentação humana e susceptíveis de emprego na alimentação

	animal e os requisitos necessários para a inclusão e a alteração das matérias-primas aprovadas como ingredientes e aditivos, na forma desta Instrução Normativa e do seu Anexo. (...) <u>PORTARIA Nº 194, DE 17 DE JUNHO DE 2020</u> Delega competência a dirigentes de unidades administrativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de suas entidades vinculadas para a prática de atos relacionados à celebração, prorrogação, aditamentos e rescisão de contratos administrativos relativos às atividades de custeio, de investimento e de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural. <u>PORTARIA Nº 193, DE 16 DE JUNHO DE 2020</u> Institui o Programa de Residência Profissional Agrícola destinado a qualificar jovens estudantes e recém-egressos dos cursos de ciências agrárias e afins.
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 413, DE 15 DE JUNHO DE 2020</u> (...) Art. 1º Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. (...)
Ministério do Desenvolvimento Regional	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 17 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Instrução Normativa n. 1, de 24 de janeiro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), para o exercício de 2020.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 245, DE 15 DE JUNHO DE 2020</u> Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus. <u>PORTARIA Nº 244, DE 15 DE JUNHO DE 2020</u> Estabelece normas e diretrizes para a atualização cadastral destinada à comprovação de vida dos aposentados e dos pensionistas da União que recebem proventos de aposentadoria ou pensão à conta do Tesouro Nacional, constantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos -SIAPE, bem como dos anistiados políticos civis e seus pensionistas, de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.830, DE 18 DE JUNHO DE 2020</u> Ajusta regras relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), acerca da comprovação de ocorrência de evento causador de perdas pelo agente, da definição das alíquotas do

programa e das obrigações do beneficiário e do agente decorrentes da exigência de apresentação de coordenadas geodésicas.

RESOLUÇÃO Nº 4.829, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Altera os percentuais de direcionamento dos recursos à vista (MCR 6-2) e respectivos subdirecionamentos destinados à contratação de operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), e dos recursos da poupança rural (MCR 6-4); institui condições para o cumprimento do direcionamento dos recursos captados por emissão das Letras de Crédito do Agronegócio (MCR 6-7); estabelece a obrigatoriedade de apresentação de coordenadas geodésicas para todas as operações de crédito rural de custeio e de investimento; e simplifica as regras aplicáveis à linha de financiamento para atendimento a cooperados (MCR 5-2).

RESOLUÇÃO Nº 4.828, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Ajusta normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

RESOLUÇÃO Nº 4.827, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Define as Taxas de Juros do Crédito Rural (TCR) a serem aplicadas às operações contratadas a partir de 1º de julho de 2020.

RESOLUÇÃO Nº 4.826, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Define procedimentos a serem observados para operações realizadas pelas instituições financeiras ao amparo dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), e do art. 4º da [Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020](#).

RESOLUÇÃO Nº 4.825, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Ajusta normas do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

RESOLUÇÃO Nº 4.824, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Ajusta normas gerais do crédito rural a serem aplicadas a partir de 1º de julho de 2020.

RESOLUÇÃO Nº 4.823, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Autoriza a renegociação de financiamentos ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) aos agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência de seca ou estiagem e altera as normas para contratação das operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

→ Diretoria Colegiada (DC)

CIRCULAR Nº 4.027, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Institui o Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e a Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) e aprova seu regulamento.

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

→ Comitê-executivo de Gestão

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado

de Montevideu de 1980, internalizado pelo [Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981](#), tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PORTARIA Nº 669, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Estabelece o procedimento para análise de consultas sobre a existência de conflito de interesses e pedidos de autorização para o exercício de atividade privada no âmbito do INSS.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 14.402, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Estabelece as condições para transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na perspectiva de recebimento de créditos inscritos.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.960, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Estabelece medidas para redução dos impactos econômicos decorrentes da doença pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19) com relação aos beneficiários do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial de que tratam as Instruções Normativas RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012, e nº 1.612, de 26 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 1.039, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Altera a Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#).

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA CONJUNTA Nº 20, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). (Processo nº 19966.100581/2020-51).

PORTARIA CONJUNTA Nº 19, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano e laticínios. (Processo nº 19966.100565/2020-68).

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

→ Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 81, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do [Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996](#).

→ Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal

	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 15 DE JUNHO DE 2020</u> Estabelece os procedimentos para a atualização cadastral destinada à comprovação de vida dos aposentados e dos pensionistas da União que recebem proventos de aposentadoria ou pensão à conta do Tesouro Nacional, constantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), bem como dos anistiados políticos civis e seus pensionistas, de que trata a <u>Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002</u>. SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA → Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 18, DE 15 DE JUNHO DE 2020</u> Altera o Ato COTEPE/PMPF 17/20, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE <u>PORTARIA Nº 14.557, DE 18 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a remuneração do administrador do Fundo Garantidor para Investimentos e dos agentes financeiros no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito - PEAC e define os limites e os critérios de alavancagem aplicáveis ao Programa.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 545, DE 16 DE JUNHO DE 2020</u> Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016(*). (*) <i>Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências.</i> (...) Art. 1º <i>As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas.</i> (...) <u>PORTARIA Nº 537, DE 12 DE JUNHO DE 2020</u> Altera o inciso V do art. 9º da Portaria Normativa MEC nº 19, de 20 de novembro de 2008, a qual dispõe sobre os procedimentos para a manutenção das bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos - Prouni.
Ministério da Infraestrutura	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 61, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário - Planos Mestres (PM), Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e Plano Geral de Outorgas (PGO).
Ministério do Meio Ambiente	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 266, DE 17 DE JUNHO DE 2020</u> Institui o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente de suas Entidades Vinculadas 2020-2023. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS

	RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA Nº 1.369, DE 16 DE JUNHO DE 2020</u> Institui, no âmbito do Ibama, a Equipe Nacional de Instrução de processos de apuração de infrações ambientais, regulamenta o seu funcionamento, dispõe sobre normas procedimentais complementares e dá outras providências. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Regulamenta os procedimentos administrativos para a celebração de termo de compromisso para cumprimento das obrigações relacionadas à compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a forma como se dará a execução dos recursos, no âmbito das Unidades de Conservação instituídas pela União e dá outras providências. (Processo nº 02070.002322/2020-47).
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.565, DE 18 DE JUNHO DE 2020</u> Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro <u>PORTARIA Nº 1.521, DE 15 DE JUNHO DE 2020</u> Autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID - 19. <u>PORTARIA Nº 1.514, DE 15 DE JUNHO DE 2020</u> Define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19. <u>PORTARIA Nº 1.537, DE 12 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais e a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, para incluir os medicamentos do Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais no Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 395, DE 9 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19. SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 510, DE 16 DE JUNHO DE 2020</u> Inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimento de diária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos,

	Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID - 19 <u>PORTARIA Nº 245, DE 24 DE MARÇO DE 2020</u> (*) Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19 e altera o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) para permitir o registro de ações relativas ao enfrentamento da COVID-19. (*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União no 82, de 30 de abril de 2020, Seção 1, páginas 90 e 91, com incorreções no original. <u>PORTARIA Nº 237, DE 18 DE MARÇO DE 2020</u> (*) Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19 (*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 69, de 09 de abril de 2020, Seção 1, página 116 e 116, com incorreções no original.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
20/06/2020	<u>DECRETO Nº 65.021, DE 19 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá providências correlatas
18/06/2020	<u>DECRETO Nº 65.018, DE 17 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas (...) Artigo 1º - Fica criada na Diretoria de Ensino – Região Limeira, da Secretaria da Educação, no Município de Ipeúna, a Escola Estadual Jardim dos Ipês (...)
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA-27, DE 10-6-2020</u> Estabelece os critérios e procedimentos para celebração de convênio com municípios paulistas, visando implementar o Programa Rotas Rurais, no Estado de São Paulo, conforme previsto no Decreto 64.212, de 30-04-2019
Desenvolvimento Econômico (SDE)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SDE-12, DE 15-6-2020</u> Prorroga a vigência de condições especiais de empréstimo do Banco

	do Povo Paulista
Desenvolvimento Regional (SDR)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO FUMEFI - 2, DE 26-5-2020</u> Aprova Alterações Parciais em Projetos, Fichas Técnicas, Prorrogações de Prazos e/ou Adequação de Recursos, Posteriores às 79ª Rocof e 26ª Recof <u>DELIBERAÇÃO FUMEFI - 1, DE 26-5-2020</u> Aprova o Plano de Aplicação Fumefi / 2020
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS - 17, DE 19-6-2020</u> Dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos estaduais e a transferência de insumos materiais recebidos por doações da iniciativa privada, para a implantação de alojamentos provisórios, prioritariamente para a população em situação de rua. CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP-17, DE 17-6-2020</u> Aprova a implantação de alojamentos provisórios para a população em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente em situação de rua, no estado de São Paulo
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC - 53, DE 19-6-2020</u> Detalha as atribuições das Diretorias de Ensino e das Unidades Escolares com relação às atividades escolares não presenciais durante o período da pandemia da COVID-19
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP 52, DE 16- 06- 2020</u> Altera a Resolução SFP 29/20, de 7 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas, de caráter temporário e emergencial, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo - Nota Fiscal Paulista, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) <u>RESOLUÇÃO SFP - 51, DE 16-06-2020</u> Altera a Resolução SFP 26/20, de 23-03-2020, que dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19) COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO CAF-G Nº 10</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de maio de 2020 SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV)

	– Diretoria de Benefícios - Servidores Públicos Cíveis <u>COMUNICADO</u> O Diretor de Benefícios – Servidores Públicos Cíveis, expede o presente despacho, informando os beneficiários de pensão civil concedidos e incluídos no período de Janeiro, Fevereiro e Março de 2020. (...)
Governo (SG)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-148, DE 19-6-2020</u> Regulamenta o exercício da atividade de entidades homologadas pelo Denatran, nos termos da Resolução Contran 730, de 06-03-2018, e trata da realização das provas teóricas eletrônicas monitoradas dos cursos previstos na Resolução Contran 168/04, no estado de São Paulo
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA-39, DE 16-06-2020</u> Institui procedimentos para implantação e funcionamento dos Grupos de Fiscalização Integrada – GFIs, no território regido por Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga – APRM-G/Sudoeste <u>RESOLUÇÃO SIMA-38, DE 16-06-2020</u> Institui procedimentos para implantação e funcionamento dos Grupos de Fiscalização Integrada – GFIs, no território regido por Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras – APRM-ATC
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) Comunicado <u>NOTA TÉCNICA DO CENTRO DE CONTINGÊNCIA DO CORONAVÍRUS</u> Em observância ao disposto no Decreto 64.994, de 28-05-2020, que dispõe sobre a medida de quarentena e institui o Plano São Paulo, este Centro de Contingência, no exercício da atribuição prevista no artigo 6º do decreto em referência, e com a finalidade de orientar, com transparência e segurança, a decisão atinente à retomada gradual do atendimento presencial ao público de serviços e atividades essenciais nos Municípios paulistas (conforme artigo 7º do Decreto 64.994/2020), informa a taxa de ocupação de leitos UTI Covid por município, aferida até o dia 17-06-2020. (...) <u>RESOLUÇÃO SS-91, DE 19-06-2020</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa “Qualis Mais”, no exercício de 2020 e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SS - 90, DE 18-6-2020</u> Estabelece a transferência, mediante adesão municipal, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente a ações de Atenção Básica à População Privada de Liberdade e dá providências correlatas

	<u>RESOLUÇÃO SS-89, DE 17-6-2020</u> estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente ao financiamento dos medicamentos que não foram entregues por meio do Programa Dose Certa no 1º e 2º trimestre 2020 e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SS-88, DE 16-6-2020</u> Define os valores do Piso de Atenção Básica Estadual, para o ano de 2020, bem como, a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, de forma direta e regular, nos moldes determinados pelo Decreto Estadual 53.019, de 20-05-2008, e dá outras providências CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO (CES) <u>RECOMENDAÇÃO DE 15-06-2020</u> (...) Recomendamos Que os Serviços de Saúde Públicos e Privados do Estado de São Paulo, em relação ao acompanhamento da situação dos profissionais da saúde, EPs, insumos e equipamentos, no âmbito da COVID-19: (...)
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM - 42, DE 19-06-2020</u> Autoriza as empresas vinculadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos a empreenderem estudos e projetos relacionados à mobilidade urbana que poderão ser integrados ao planejamento de transporte coletivo desta Secretaria e delega competências, nas condições que especifica <u>RESOLUÇÃO STM - 41, DE 15-6-2020</u> Dispõe sobre a atualização do plano de operação monitorada dos sistemas de transporte público coletivo de passageiros gerenciados pelo Estado de São Paulo, para prevenir a propagação do novo Coronavírus
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-29, DE 16-6-2020</u> Altera a Resolução Unesp 57-2019, que regulamenta o reingresso de alunos nos cursos de graduação da Unesp
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
20/06/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 406, DE 2020</u> Proíbe a atribuição a bens públicos de qualquer natureza, pertencentes ao Estado de São Paulo, de nome de pessoa que tenha se notabilizado pela defesa ou prática de terrorismo. DOE, Legislativo, 20/06/2020, p. 6

PROJETO DE LEI Nº 405, DE 2020

Acrescenta o inciso IX ao artigo 47 e os incisos IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV ao artigo 242 da [Lei nº 10.261, de 28 de Outubro de 1968](#).

(...)

Artigo 47 – São requisitos para a posse em cargo público:

[...]

IX – Não ter sido condenado em processo judicial ou penalizado em processo administrativo disciplinar nos últimos oito anos nos casos previstos nos incisos IX, X, XI, XII, XIII, XIV, e XV, do artigo 242 desta Lei.

Artigo 242 – Ao funcionário é proibido:

[...]

IX – Usar de violência física ou defender por palavras o uso da violência física com a finalidade de prejudicar ou solapar o regime democrático e suas instituições legitimamente constituídas.

X – Participar ou incentivar a participação em associação, partido, comitê, entidade de classe ou grupamento que defenda, por atos ou palavras, o uso da violência física para solapar o regime democrático e suas instituições legitimamente constituídas.

XI – Tentar impedir, com emprego de violência física ou grave ameaça, livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados.

XII – Participar ou incentivar depredação, provocar explosão contra pessoas, patrimônio público ou privado, praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo, por inconformismo político ou para prejudicar a estabilidade do regime democrático e suas instituições legitimamente constituídas.

XIII – Defender ou estimular publicamente, em discursos falados ou escritos:

a) a violência ou atos ilegais para alteração da ordem política ou social;

b) a guerra entre grupos sociais ou a perseguição religiosa;

XIV – Estimular por atos ou palavras:

a) o conflito entre grupos sociais ou grupos étnicos

b) o vilipêndio religioso

XV – Constituir, integrar, manter organização ilegal ou participar de atos que se utilizam de violência física com finalidade de concretizar objetivos políticos ou ideológicos.

Parágrafo Único – O funcionário que cometer quaisquer das proibições elencadas do inciso IX ao XV será representado pela chefia imediata ao Ministério Público Federal de acordo com o inciso II, Art. 31 da Lei 7.170/2020.

(...)

[DOE, Legislativo, 20/06/2020, p. 6](#)

PROJETO DE LEI Nº 404, DE 2020

Dispõe sobre a proibição de homenagens a escravocratas e eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista, no âmbito da Administração Estadual direta e indireta.

[DOE, Legislativo, 20/06/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 403, DE 2020

Altera a [Lei nº 12.288, de 22 de fevereiro de 2006](#), que dispõe sobre a eliminação controlada dos PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e da eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamento elétricos que contenham PCBs, e dá providências correlatas.

[DOE, Legislativo, 20/06/2020, p. 5](#)

19/06/2020

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 402, DE 2020**

Autoriza o Governo do Estado a tomar medidas que estabeleçam linha de crédito para que os professores da Rede Pública e Oficial de Ensino adquiram computadores, aparelhos de telefonia móvel e *tablets*, a fim de que possam desempenhar, com equipamentos

	adequados, funções docentes enquanto for necessária a prestação de atividade remota por esses servidores, durante o Estado de Calamidade Pública relacionado à infecção causada pelo coronavírus DOE, Legislativo, 19/06/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 401, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar restaurante do Programa Bom Prato nas proximidades do Hospital Estadual Sumaré, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). DOE, Legislativo, 19/06/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 400, DE 2020</u> Dispõe sobre a criação da Central de Informações sobre pacientes internados na rede estadual de saúde durante a pandemia do novo coronavírus - COVID-19 e dá outras providências. DOE, Legislativo, 19/06/2020, p. 5 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 26/2020</u> O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA a implantação do PROTOCOLO DIGITAL encerrando-se, assim, o funcionamento dos protocolos físicos instalados na Sede e Unidades Regionais. Os documentos serão protocolados por acesso ao sítio ou por smartphone utilizando o aplicativo Protocolo Digital que poderá ser baixado pelo <i>Google Play</i>. O novo sistema entrará em funcionamento a partir do próximo dia primeiro de julho. Para mais informações, consulte o manual disponível. SDG, em 18 de junho de 2020 Sérgio Ciquera Rossi Secretário-Diretor Geral DOE, Legislativo, 19/06/2020, p. 10
18/06/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 399, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar atendimento humanizado com triagem feita por psicólogo às mulheres vítimas de violência nas Delegacias de Polícia do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 18/06/2020, p. 5 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2020</u> Aprova a indicação de membro para integrar o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP DOE, Legislativo, 18/06/2020, p. 5 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2020</u> Aprova a indicação de membro para integrar o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP DOE, Legislativo, 18/06/2020, p. 5

17/06/2020

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 398, DE 2020

Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante a vigência do Decreto de Calamidade Pública no Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 17/06/2020, p. 6](#)

PROJETO DE LEI Nº 397, DE 2020

Institui o "Dia de Conscientização de Raquitismo Hipofosfatêmico"

[DOE, Legislativo, 17/06/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 396, DE 2020

Declara São Bento do Sapucaí como a "Capital do Esporte Radical".

[DOE, Legislativo, 17/06/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 395, DE 2020

Exclui da contagem do prazo de validade dos concursos públicos o período em que o Estado de São Paulo permanecer sob os efeitos da pandemia de Covid-19, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 17/06/2020, p. 5](#)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG Nº 25/2020

(Suspensão de pagamentos – Contabilização – Autorização Legislativa)

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ALERTA aos órgãos públicos jurisdicionados que a suspensão dos pagamentos prevista na [Lei Complementar Federal nº 173, de 2020](#) ou em legislação local, não autoriza a ausência do registro por competência da respectiva Variação Patrimonial Diminutiva e do Passivo, em atendimento às normas contábeis voltadas ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais, devendo ser precedida de autorização legislativa específica.

A anulação de empenhos das respectivas despesas orçamentárias neste exercício em função da suspensão em tela implica na necessária alocação de dotações nos orçamentos subsequentes nos quais ocorrerem os respectivos pagamentos.

O descumprimento das exigências legais, além de ser objeto de apuração no acompanhamento das contas, poderá ensejar aplicação da multa prevista no inciso VI do artigo 104 da [Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993](#), comunicação ao Ministério Público do Estado, sem prejuízo de outras providências que os eminentes Conselheiros deliberarem na condição de Relatores dos processos de Contas Anuais.

SDG, em 15 de junho de 2020.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI

SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

Republicado por ter saído com incorreção

[DOE, Legislativo, 17/06/2020, p. 12](#)

16/06/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 393, DE 2020</u> Disciplina o procedimento de nomeação e promoção de Juizes ao Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, dando nova redação aos artigos 20, 21, 22, 23, 26 e 27 da Lei nº 5.048/58. DOE, Legislativo, 16/06/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 391, DE 2020</u> Dispõe sobre o acesso gratuito de internet banda larga por professores e alunos da rede pública do estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 16/06/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 390, DE 2020</u> Dispõe sobre a destinação de carteiras em locais determinados aos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) nas escolas do estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 16/06/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 388, DE 2020</u> Estabelece que templos de qualquer culto como atividade essencial em período de calamidade pública no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 16/06/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 387, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a criar um programa de capacitação nas unidades de saúde, um protocolo de atendimento e uma rede integrada para fazer o acolhimento de mulheres vítimas de violência e dá outras providências. DOE, Legislativo, 16/06/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 386, DE 2020</u> Assegura o sigilo dos dados das mulheres em situação de risco decorrentes de Violência Doméstica e Intrafamiliar, bem como dos dados de suas/seus filhas/os e outros membros das suas famílias, nos cadastros dos órgãos e secretarias do estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 16/06/2020, p. 5
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
20/06/2020	<u>SUPLEMENTO ESPECIAL</u> Secretaria Municipal de Licenciamento Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário ANEXO I _____ Relatório das áreas municipais de uso comum, uso especial e dominiais pertencentes à administração direta do município, nos termos do disposto pelo art. 3º das disposições gerais e transitórias, da lei orgânica do município e art. 1º da Lei nº 10.906/90. ANEXO II _____ Relatório das áreas municipais cedidas a terceiros mediante permissão de uso e concessão administrativa de uso, nos termos do disposto pelo art. 114, parágrafo 6º da lei orgânica do município, art. 4º das disposições gerais e transitórias da lei orgânica do município, e art. 2º da lei nº 10.906/90.

17/06/2020

DECRETO Nº 59.537, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Regulamenta o inciso III do artigo 13 da [Lei nº 17.340, de 30 de abril de 2020](#), que dispõe sobre medidas de proteção da saúde pública e de assistência, para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de São Paulo, bem como o artigo 2º da [Lei nº 17.341, de 18 de maio de 2020](#), que dispõe sobre o estímulo à contratação de mulheres integrantes do Projeto Tem Saída

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107